

Sumário

Prefácio à 9ª Edição, xv

Prefácio à 8ª Edição, xvii

Prefácio à 1ª Edição, xix

1 Direito de Propriedade, 1

- 1.1 Importância do direito de propriedade, 1
- 1.2 Conceito de direito de propriedade, 1
- 1.3 Fundamento jurídico da propriedade, 3
- 1.4 Limitações ao direito de propriedade, 4
- 1.5 Função social da propriedade, 5
 - 1.5.1 Generalidades, 5
 - 1.5.2 Conceito de função social da propriedade, 6
 - 1.5.3 Função social na Constituição de 1988, 8

2 Garantia Constitucional da Propriedade, 11

- 2.1 Hipóteses constitucionais de desapropriação, 11
 - 2.1.1 Desapropriação de propriedade que cumpre a função social, 12
 - 2.1.2 Desapropriação de propriedade que não cumpre a função social, 13
 - 2.1.3 Desapropriação de propriedade nociva, 13
- 2.2 Conceito de desapropriação, 14
- 2.3 Espécies de desapropriação, 16
 - 2.3.1 Desapropriação por necessidade pública ou utilidade pública, 17
 - 2.3.2 Desapropriação por interesse social, 19

- 2.3.3 Desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, 21
 - 2.3.3.1 Regulamentação dos dispositivos constitucionais concernentes à reforma agrária, 22
 - 2.3.3.2 Procedimento sumário para a desapropriação, 24
- 2.3.4 Desapropriação urbanística, 30
 - 2.3.4.1 Desapropriação urbanística por descumprimento da função social, 31
 - 2.3.4.2 Desapropriação urbanística por utilidade pública, 44
- 2.3.5 Desapropriação de glebas onde se localizam culturas ilegais de plantas psicotrópicas, 52

3 Aspectos Genéricos da Desapropriação, 55

- 3.1 Introdução, 55
- 3.2 Bens suscetíveis de desapropriação, 56
- 3.3 Quem pode desapropriar, 57
 - 3.3.1 A gradação estabelecida no § 2º do art. 2º, 58
 - 3.3.2 Interpretação estrita do § 2º do art. 2º, 62
 - 3.3.3 Vedação do § 3º do art. 2º, 66
- 3.4 Declaração de utilidade pública, 67
 - 3.4.1 Iniciativa da desapropriação, 68
 - 3.4.2 Casos de utilidade pública, 68
 - 3.4.3 Efeitos da declaração de utilidade pública, 69
 - 3.4.4 Caducidade da declaração expropriatória, 71
- 3.5 Desapropriação amigável, 71
- 3.6 Desapropriação de áreas não necessárias, 74
 - 3.6.1 Generalidades, 74
 - 3.6.2 Desapropriação de área contígua, 75
 - 3.6.3 Desapropriação para revenda, 76
 - 3.6.3.1 Distinção entre desapropriação para revenda e desapropriação que implica venda posterior, bem como da venda de bem expropriado, 77
 - 3.6.3.2 Desapropriação por zona como instrumento alternativo da contribuição de melhoria, 78
 - 3.6.3.3 Exame da constitucionalidade ou não da desapropriação por zona, 82

4 Desapropriação Judicial, 85

- 4.1 Competência, 85
- 4.2 Petição inicial, 87
 - 4.2.1 Requisitos genéricos, 87
 - 4.2.2 Requisitos específicos, 90

- 4.3 Imissão de posse provisória, 91
 - 4.3.1 Imissão provisória segundo as leis de regência, 91
 - 4.3.2 Oscilação jurisprudencial ao longo do tempo, 99
 - 4.3.3 Tutela antecipatória, 115
- 4.4 Citação, 117
- 4.5 Contestação, 117
- 4.6 Laudo pericial, 118
 - 4.6.1 Prazo de apresentação do laudo, 119
 - 4.6.2 Poderes do perito e o que deve conter o laudo, 119
 - 4.6.3 Métodos de avaliação, 120
 - 4.6.4 Avaliações peculiares, 124
 - 4.6.5 Comissão de peritos, 131
- 4.7 Sentença, 132
 - 4.7.1 Decisão no estado da lide, 132
 - 4.7.2 Indenização principal e acessórios, 133
 - 4.7.2.1 Verba honorária, 135
 - 4.7.2.2 Juros moratórios à luz da jurisprudência e do Código Civil de 1916, 139
 - 4.7.2.3 Juros compensatórios à luz da jurisprudência e do Código Civil de 1916, 141
 - 4.7.2.4 Juros moratórios e compensatórios segundo o Código Civil de 2002, 149
 - 4.7.2.5 Custas e despesas processuais, 152
 - 4.7.2.6 Correção monetária, 153
- 4.8 Recursos, 155
- 4.9 Pagamento da indenização, 156
 - 4.9.1 O conteúdo do art. 29, 156
 - 4.9.2 Forma de pagamento, 158
 - 4.9.2.1 Inserção do precatório judicial na ordem cronológica, 158
 - 4.9.2.2 Moratórias para pagamento de precatórios judiciais, 172
 - 4.9.3 Sequestro pela quebra da ordem cronológica, 200
 - 4.9.4 Levantamento do preço depositado, 205
 - 4.9.5 Sequestro de precatório de natureza alimentícia, 213
 - 4.9.6 Penhora de precatório, 224
- 4.10 Desistência da ação, 231
- 4.11 Retrocessão, 234
- 4.12 Perdas e danos na desapropriação, 237
 - 4.12.1 O conteúdo do art. 37 do Decreto-lei nº 3.365/41, 237
 - 4.12.2 Desvalorização do remanescente e direito de extensão, 238

- 4.12.3 Apuração de perdas e danos nos próprios autos, 239
- 4.12.4 Fundos de comércio, 239
- 4.13 Intervenção do Ministério Público na ação de desapropriação, 241
- 4.14 Desapropriação como forma originária de aquisição, 243
- 5 Desapropriação Indireta, 245**
 - 5.1 Generalidades, 245
 - 5.2 Principal razão do apossamento administrativo, 246
 - 5.3 Natureza real da ação, 247
 - 5.4 Requisitos da ação, 248
 - 5.5 Ocupação pelo Poder Público de áreas destinadas ao uso comum pelo plano de loteamento não aprovado, 251
 - 5.6 Procedimento, 252
 - 5.7 Pagamento do justo preço e seu levantamento, 253
- 6 Intervenção por Descumprimento de Ordem ou Decisão Judicial, 255**
 - 6.1 Introdução, 255
 - 6.2 Precatórios judiciais, 256
 - 6.2.1 Generalidades, 256
 - 6.2.2 Distinção entre créditos inferiores e superiores a 36 mil UFESP, 257
 - 6.2.3 Exame genérico do art. 100 e §§ 1º a 6º da CF, 258
 - 6.3 Requisitos constitucionais para intervenção, 261
 - 6.3.1 Hipóteses de intervenção, 261
 - 6.3.2 Legitimidade de representação interventiva pelo expropriado, 263
 - 6.4 Conteúdo da intervenção fundada em descumprimento de ordem ou decisão judicial, 266
 - 6.4.1 Generalidades, 266
 - 6.4.2 Precatório original, 270
 - 6.4.3 Precatório complementar e sua natureza jurídica, 274
 - 6.4.4 Posicionamento do Ministério Público e da jurisprudência do TJESP, 277
 - 6.4.5 Posição do STF acerca dos precatórios, 282
 - 6.5 Dos efeitos da decretação de intervenção, 288
- 7 Legislação Aplicável, 291**
 - 7.1 Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, 291
 - 7.2 Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962, 301
 - 7.3 Decreto-lei nº 1.075, de 22 de janeiro de 1970, 302
 - 7.4 Lei nº 8.257, de 26 de novembro de 1991, 303
 - 7.5 Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, 306

- 7.6 Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, 319
- 7.7 Normas para avaliações de imóveis nas Varas da Fazenda Pública da capital (2004), 325
- 7.8 Edificações – valores de venda – 2002, 373
- 7.9 Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001, 419
- 7.10 Decreto nº 2.250, de 11 de junho de 1997, 419
- 7.11 Lei nº 6.969, de 10 de dezembro de 1981, 420
- 7.12 Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001, 424
- 7.13 Lei Municipal nº 14.917, de 7 de maio de 2009, 433

8 Modelos de Petições, 445

- 8.1 Petição inicial de ação de desapropriação por utilidade pública, 445
 - 8.1.1 Contestação do expropriado, 447
 - 8.1.2 Laudo do perito judicial, 449
 - 8.1.3 Sentença, 463
 - 8.1.4 Apelação, 465
 - 8.1.5 Acórdão, 466
 - 8.1.6 Conta de liquidação, 468
- 8.2 Petição inicial de ação de desapropriação indireta, 469
 - 8.2.1 Contestação da municipalidade ré, 470
 - 8.2.2 Sentença, 472
 - 8.2.3 Acórdão, 475
 - 8.2.4 Petição apresentando memória de cálculo para execução, 478
- 8.3 Petição inicial de ação de constituição de servidão administrativa, 480
- 8.4 Petição inicial de ação de desapropriação por interesse social, 482
- 8.5 Petição inicial de ação de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, 484
 - 8.5.1 Contestação, 487
- 8.6 Petição inicial de ação de desapropriação de glebas onde se localizam culturas ilegais de plantas psicotrópicas, 491
- 8.7 Petição inicial de ação de desapropriação de imóvel urbano por descumprimento da função social, 492
- 8.8 Petição de representação interventiva por descumprimento de ordem judicial, 494
 - 8.8.1 Petição de informação/defesa do prefeito e do órgão interessado, 498
 - 8.8.2 Relatório, 509
 - 8.8.3 Acórdão, 510
 - 8.8.4 Recurso extraordinário do órgão interessado, 519
- 8.9 Agravo de instrumento contra decisão que indeferiu a imissão provisória na posse, 526
 - 8.9.1 Petição de interposição de agravo e razões anexas, 526

- 8.9.2 Petição de cumprimento do art. 526 do CPC, 530
- 8.9.3 Petição de comunicação do cumprimento do art. 526 do CPC, 530
- 8.10 Ação de retrocessão, 531
- 8.11 Medida cautelar de antecipação de provas, 532
- 9 Decisões Diversas, 537**
 - 9.1 Reurbanização de Santana e Jabaquara, 537
 - 9.1.1 O melhoramento aprovado pela Lei Municipal nº 7.859, de 8 de março de 1973, 537
 - 9.1.2 Conceito de reurbanização, 538
 - 9.1.3 Parecer do Ministério Público Estadual, 539
 - 9.1.4 Acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, 549
 - 9.1.5 Acórdão do Supremo Tribunal Federal, 566
 - 9.2 Restrições ao uso da propriedade decorrentes de legislação ambiental – indenização, 584
- 10 Súmulas, 591**
 - 10.1 Súmulas do Supremo Tribunal Federal, 591
 - 10.1.1 Súmulas vinculantes do STF, 592
 - 10.2 Súmulas do Superior Tribunal de Justiça, 593
 - 10.3 Súmulas do antigo TFR – Tribunal Federal de Recursos, 593

Bibliografia, 595

Índice Remissivo, 597